

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

APÊNDICE G

NÍVEIS DE SERVIÇO

CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA MOGIANA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. Neste APÊNDICE são previstos os níveis de serviço ideais a serem atendidos pela CONCESSIONÁRIA. Os níveis de serviço aqui indicados têm seu espaço de tolerância regrados nos ANEXOS 3 e 11.
- 1.1.1. Para os níveis de serviço sem correspondência no APÊNDICE C, também foram descritos, quando aplicável, os requisitos e as gradações de operacionalidade. Caso as gradações não sejam aceitáveis do ponto de vista de nível de serviço, estarão expressamente tipificadas no ANEXO 11.
- 1.2. A CONCESSIONÁRIA sujeitar-se-á a penalidades pelo descumprimento dos níveis de serviço nos exatos termos dispostos no ANEXO 11, portanto, salienta-se que a CONCESSIONÁRIA deverá dimensionar e gerir seus recursos, por sua conta e risco, a fim de atender aos níveis de serviços e obrigações dispostos em CONTRATO.
- 1.3. Para os fins previstos no CONTRATO, define-se:
- 1.3.1. **Operacionalidade de um equipamento ou sistema.** Capacidade de funcionar adequadamente, atendendo, integralmente e simultaneamente, a todos os requisitos funcionais que constam dos ANEXOS 5, 6 e 7 e às regras estabelecidas pelas especificações técnicas aplicáveis e vigentes.
- 1.3.2. **Equipamento ou sistema inoperante ou não operacional.** Aquele que não cumpre todos os requisitos de operacionalidade estabelecidos.
- 1.3.3. **Equipamento operacional.** Aquele que cumpre todos os requisitos de operacionalidade estabelecidos.
- 1.3.4. **Inoperância de equipamentos.** Nos casos em que houver inoperância de equipamentos em virtude de manutenção e/ou procedimentos de certificação programadas e previamente comunicadas à ARTESP, ou ocorrência de eventos excludentes de culpabilidade, nos termos do CONTRATO, devem ser atendidos os procedimentos, prazos e demais condições formalmente estabelecidas pela ARTESP ou pelo DER.
- 1.3.5. Quando for detectado equipamento ou sistema com falhas críticas, complexas e sistêmicas com impacto relevante à operação, a CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 2 (duas) horas, informar à ARTESP.

2. NÍVEIS DE SERVIÇO OPERACIONAIS

ESCOPO	NÍVEL DE SERVIÇO
Posto SAU	<ul style="list-style-type: none">Deverão ser fornecidos serviços previstos em CONTRATO inteiramente gratuitos, operando durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive nos fins de semana e feriados, durante todo o PRAZO DA

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

ESCOPO	NÍVEL DE SERVIÇO
	CONCESSÃO.
Serviço de Guincho	<ul style="list-style-type: none">Tempo de chegada ao local de atendimento: em até 30 (trinta) minutos em 90% (noventa por cento) dos atendimentos; nos 10% (dez por cento) restantes não poderá passar de 60 (sessenta) minutos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

Serviço de APH	<ul style="list-style-type: none">• Tempo de chegada ao local de atendimento: 10 (dez) minutos em 90% (noventa por cento) dos atendimentos; nos 10% (dez por cento) restantes não poderá passar de 20 (vinte) minutos.
Serviço de Inspeção de Tráfego	<ul style="list-style-type: none">• Tempo médio de circulação (definido como o intervalo de tempo necessário para cada unidade móvel passar pelo mesmo ponto de seu subtrecho) que, no período noturno (entre às 18:00h e às 6:00h), não poderá ser superior a 90 (noventa) minutos, em condições normais de operação. No caso de condições meteorológicas adversas que impeçam o serviço de ser realizado por meio do Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV, deverá também circular no período diurno, não podendo ser superior a 90 (noventa) minutos.• Durante o período diurno (entre às 6:00h e às 18:00h), o Serviço de Inspeção de Tráfego poderá ser realizado por meio do Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV, observados os demais níveis de serviço deste APÊNDICE.• Não serão computados no tempo médio de circulação, os tempos em que os veículos de Serviço de Inspeção de Tráfego estiverem atendendo alguma ocorrência no SISTEMA RODOVIÁRIO. Caso seja detectado mais de um evento que demande o veículo de inspeção de tráfego no mesmo subtrecho, o CCO deverá acionar outro veículo para atendimento da ocorrência.• Enquanto o Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV e a funcionalidade de análise inteligente de vídeo (IVA) não estiverem implantados e atendendo integralmente todos os requisitos estabelecidos no ANEXO 5, a CONCESSIONÁRIA deverá executar, no segmento rodoviário correspondente, o Serviço de Inspeção de Tráfego por meio de unidades móveis, cuja circulação, em condições normais de operação, não ultrapasse 90 (noventa) minutos.
Serviço de Socorro Mecânico	<ul style="list-style-type: none">• Tempo de chegada ao local de atendimento: em até 30 (trinta) minutos em 90% (noventa por cento) dos atendimentos; nos 10% (dez por cento) restantes não poderá passar de 60 (sessenta) minutos.
Serviço de Apreensão de Animais na Faixa de Domínio da Rodovia	<ul style="list-style-type: none">• Tempo de chegada ao local de atendimento: em até 60 (sessenta) minutos.
Serviço de Combate a Incêndio	<ul style="list-style-type: none">• Tempo de chegada ao local de atendimento: em até 60 (sessenta) minutos.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

Sistema de Arrecadação	<ul style="list-style-type: none">• O sistema deve apresentar 100% (cem por cento) de operacionalidade. Para isso, a CONCESSIONÁRIA deve contar com equipamentos ou partes vitais dos sistemas de reserva para substituição imediata. Deverá, também, existir equipe técnica em sistema de plantão 24 (vinte e quatro) horas para proceder a imediata substituição ou reparo de equipamentos com problemas.• No caso das pistas automáticas, quando da parada do veículo por qualquer motivo, o tempo de atendimento não poderá ser superior a 15 (quinze) segundos.
Sistema de Pesagem	<ul style="list-style-type: none">• Deverão ser fornecidos serviços e infraestrutura prevista em CONTRATO, operando durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive fins de semana e feriados, durante todo o período de CONCESSÃO. (Postos Gerais de Fiscalização, Sistema de Pesagem em movimento, Agente Remoto e periféricos, enquanto aplicável).• No sistema de pesagem e movimento, deverão ser verificados 100% dos veículos sujeitos à fiscalização.• Até a implantação integral do sistema HS-WIM na modalidade punitiva:<ul style="list-style-type: none">• Tempo de pesagem, contado entre o posicionamento do veículo na plataforma da balança e sua saída, nos casos em que o veículo atende à regulamentação pertinente, não deve ser superior a 36 (trinta e seis) segundos.• Tempo de percurso no posto de pesagem, contado entre o acesso do veículo ao posto de fiscalização e sua saída, para veículos que atendam a regulamentação pertinente, suficiente para evitar a formação de rabo de fila na pista de rolamento, sob risco da Concessionária de expandir, a suas expensas, a capacidade do PGF.
Equipamentos de Atendimento Remoto de Posto SAU	<ul style="list-style-type: none">• Equipamentos em operação durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados, com substituição imediata por atendente presencial em caso de falha do equipamento (por qualquer motivo), ou parada programada.
Sistema de Controle de Velocidade Fixo	<ul style="list-style-type: none">• Manter a certificação dos equipamentos de controle de velocidade e enviar cópias dos Certificados de Verificação emitidos pelo órgão competente, nos prazos e condições estipulados pela ARTESP;• Deverão operar todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, 24 (vinte e quatro) horas por dia. Quando este período não for observado pela CONCESSIONÁRIA, será registrado o tempo diário de inoperância, para fins de cálculo do tempo de inoperância mensal. O ponto fixo de controle de velocidade não deve apresentar somatório dos tempos de inoperância maior que 8 (oito) horas durante o período de um mês.• Manter Índice Mensal de Aproveitamento dos registros de infração acima do limite mínimo exigido pelo PODER CONCEDENTE.• Manter a regularidade da sequência numérica dos registros de infração;• Inserir informações corretas no <i>datacheck</i> e nos nomes dos arquivos dos registros de infração

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

Sistema de Radiofonia	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalidade do Sistema de Radiofonia (incluindo o conjunto de estações repetidoras) deve ser, no mínimo, de 97% (noventa e sete por cento), por equipamento, no período de um mês. Operacionalidade do Sistema de Radiofonia (Estações Repetidoras) deve ser de 97% (noventa e sete por cento), por equipamento, no período de um mês. Nenhum dos equipamentos que compõem o Sistema de Radiofonia deve permanecer inoperante por períodos contínuos superiores a 24 (vinte e quatro) horas.
Sistema de Transmissão de Dados	<ul style="list-style-type: none"> Operacionalidade do Sistema de Transmissão de Dados deve ser de 100% (cem por cento). Quando for detectado equipamento ou sistema com falhas críticas, complexas e sistêmicas com impacto relevante à operação, a CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 2 (duas) horas, informar à ARTESP. Cada equipamento ou funcionalidade do Sistema de Transmissão de Dados não poderá permanecer inoperante por períodos contínuos superiores a 24 (vinte e quatro) horas.
CCO	<ul style="list-style-type: none"> O CCO deverá operar 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, inclusive fins de semana e feriados. Quando for detectado equipamento ou sistema com falhas críticas, complexas e sistêmicas com impacto relevante à operação, a CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 2 (duas) horas, informar à ARTESP Em caso de falha de qualquer equipamento, sistema ou funcionalidade que compõem o CCO, estes deverão ter sua operacionalidade restaurada pela CONCESSIONÁRIA em até 48 (quarenta e oito) horas.
Sistema de Comunicação com o Usuário via rede de dados sem fio	<ul style="list-style-type: none"> O Índice de Desempenho, nos termos descritos no ANEXO 5, deve ser igual ou superior a 90% (noventa por cento); O Índice de Disponibilidade, nos termos descritos no ANEXO 5, deve ser igual ou superior a 90% (noventa por cento);
Sistema de Painéis de Mensagens Variáveis (PMVs) do tipo fixo	<ul style="list-style-type: none"> Os PMVs devem permanecer ligados 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive fins de semana e feriados, veiculando mensagens de forma permanente. Cada PMV deve permanecer em operação por, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento) da quantidade total de horas em um mês.
Sistema de Sensoriamento de Tráfego	<ul style="list-style-type: none"> Cada sensor de tráfego deve permanecer em operação por, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento) da quantidade total de horas em um mês. Cada equipamento sensor de tráfego não pode permanecer inoperante por períodos contínuos superiores a 96 (noventa e seis) horas
Sistema de Monitoração de Tráfego por CFTV	<ul style="list-style-type: none"> Cada equipamento CFTV (câmera) deve permanecer em operação por, no mínimo, 97% (noventa e sete por cento) da quantidade total de horas em um mês. Cada equipamento CFTV (câmera) não pode permanecer inoperante por períodos contínuos superiores a 96 (noventa e seis) horas.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

Sistema de Controle de Fiscalização	<ul style="list-style-type: none">Todos os equipamentos/subsistemas que compõem o Sistema de Controle de Fiscalização devem apresentar 99,5% (noventa e nove inteiros e cinco décimos por cento) de operacionalidade.
Sistema de Telefonia de Emergência (callbox)	<ul style="list-style-type: none">Manter mais de 90% das caixas de chamada em operação, até a desativação e substituição pelo Sistema de Comunicação com o Usuário via rede de dados sem fio.